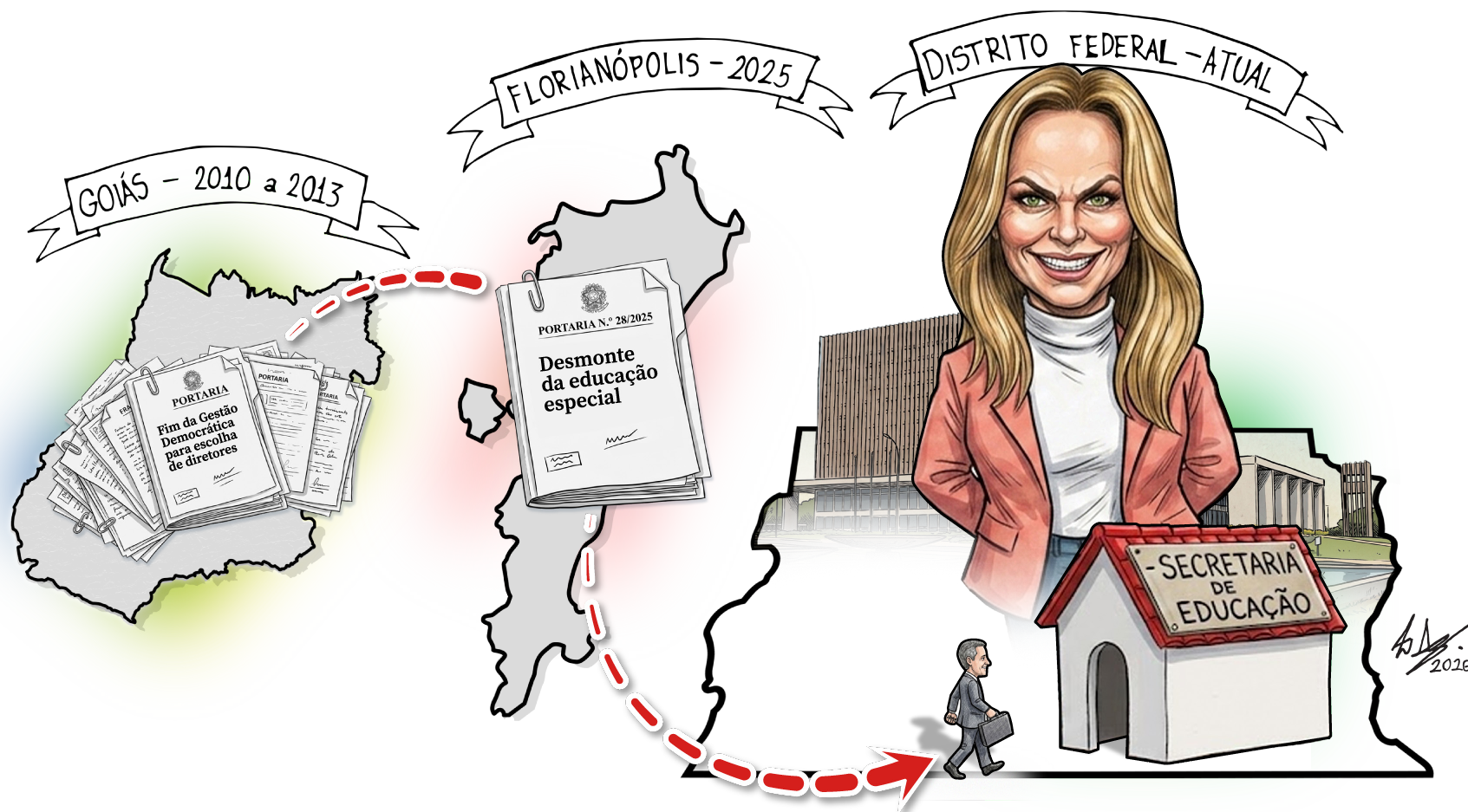


Troca na SEEDF escancara projeto neoliberal e conservador de Celina Leão



A troca no comando da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em pleno ano eleitoral, acende um sinal de alerta não apenas para professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais e estudantes, mas para toda a sociedade brasileira. A escolha de Thiago Peixoto - indicado pela governadora do DF Celina Leão - para chefiar a pasta explicita o alinhamento da atual governadora com pautas neoliberais e conservadoras, diretrizes que Peixoto já aplicou à risca quando esteve à frente das secretarias de Educação de Goiás e de Florianópolis. Mais do que uma substituição técnica, a mudança escancara a desvalorização da educação pública e revela, com clareza, o projeto de ensino que a gestão pretende manter e aprofundar na capital federal.

Durante a cerimônia de posse de Peixoto, a governadora justificou a substituição alegando os resultados aquém da meta no Ideb de 2025, índice que colocou o Distrito Federal na última posição do ranking nacional. No entanto, o dado preocupante é apenas a face mais visível de uma gestão que, há tempos, trata a educação pública com negligência e a categoria do magistério público com desprezo, seja na infraestrutura das

escolas, na formação continuada ou na valorização salarial e profissional da carreira.

Diante de tudo isso, a pergunta que fica é: qual educação pública nós queremos para os próximos quatro anos?

A resposta exigirá mais do que críticas pontuais: demandará um posicionamento firme da comunidade escolar e da sociedade civil contra um modelo que reduz a educação a números e a submete a interesses políticos de curto prazo, em detrimento do direito fundamental de aprender e ensinar com dignidade.

O que esperar da gestão Peixoto

O novo secretário de Educação Thiago Peixoto sustenta a política educacional defendida por Celina Leão. Por onde passou (Goiás e Florianópolis), implementou pautas neoliberais e conservadoras, política amplamente defendida pela governadora do DF.

Celina Leão tem conduzido uma política educacional marcada por uma visão neoliberal que trata a educação como mercadoria e não como direito social. A defesa do *homeschooling* e a 'Escola sem Partido' são exemplos de políticas que esquecem a valorização profissional.

A escolha de um gestor com perfil técnico-gestorista como Peixoto indica a continuidade e o aprofundamento dessa agenda na capital federal. Quem perde com isso é a categoria e a educação pública.

Pontos como o foco em resultados quantitativos, estímulo a parcerias público-privadas, avanço da militarização, fim da gestão democrática nas escolas públicas e aprofundamento dos cortes orçamentários são apenas alguns itens que ele defende e que já foram implementados nos locais onde Peixoto foi titular da pasta.

As pautas reivindicadas pela categoria e defendidas pelo Sinpro, como valorização da carreira docente, melhores condições de trabalho e as recomposições do quadro de efetivos e do orçamento educacional, por exemplo, encontram cada vez menos espaço em um governo que prioriza a gestão empresarial em detrimento da qualidade social da educação.

Em outras secretarias, Peixoto defendeu, e continua defendendo, pautas associadas a lógicas de competitividade funcional, avaliação de desempenho e agilidade burocrática, que frequentemente se alinham com o debate conservador sobre gestão pública.

Projetos implementados pelo novo secretário de Educação

Goiás 2010-2013

- Fim da gratificação por titularidade - Projeto altera plano de carreira, reduz gratificações por titulação e dá reajustes desiguais
- Impôs a volta de todos os educadores que estavam cedidos.
- Instituiu ponto eletrônico na escola.
- Centralização e falta de diálogo com a categoria.

- Bônus por resultados e avaliações de desempenho, medidas que vinculam a remuneração ou progressão na carreira a metas de produtividade.
- Propostas de alteração no currículo escolar, foco em ênfase em disciplinas básicas (como português e matemática).
- Perda de gratificação em caso de atestado médico com mais de 3 dias.
- Militarização das escolas públicas, com foco na disciplina em detrimento da formação integral dos estudantes.

Florianópolis 2025

- Desmonte da Educação Especial: Portaria 028/2025, substituiu professores auxiliares de educação especial por profissionais de apoio, tirando o foco do atendimento pedagógico especializado.
- Aumento da carga horária das disciplinas de português e matemática, com redução da carga horária de história, geografia, ciências e educação física.
- Tentativa de simplificar o currículo a partir exclusivamente da BNCC, desconsiderando outras normativas.
- Avalia Floripa: avaliações trimestrais padronizadas para toda a rede.
- Mudança na política de formação continuada. Parcerias com instituições privadas para a realização de formações (Sesi, Itaú).
- Apostilamento de materiais didáticos com foco nas áreas do conhecimento cobradas no Saeb.

- Tentativa de boicote às eleições democráticas para direção de escola.
- Redução do quadro de trabalhadores a partir de portarias.
- Desmonte da educação especial.
- Desmonte da EJA.
- Aumento do uso do ato discricionário como dispositivo legal para exoneração de trabalhadores temporários em detrimento do dispositivo de avaliação de desempenho.
- Contrato com empresas que fornecem plataformas digitais com uso de IA para elaboração de planejamento e avaliação.
- Abandono da manutenção e progressivo sucateamento da estrutura das unidades de educação.
- Ataques à liberdade de cátedra e à autonomia pedagógica.
- Institucionalização de uma educação por metas.

O momento político e a importância do voto

Para o Sinpro, a chegada de Peixoto à Secretaria de Educação representa um retrocesso e um desafio adicional às lutas históricas da categoria. O novo secretário tem histórico de gestões que priorizam medidas como meritocracia, premiação por desempenho e terceirização, mecanismos que, na prática, desvalorizam o magistério e precarizam as condições de trabalho.

Com Peixoto no comando, pautas urgentes, que incluem a valorização da carreira docente, a garantia de condições dignas de trabalho e a realização de novos

concursos públicos para a Secretaria de Educação podem ser definitivamente colocadas na gaveta.

A resposta a essa questão passa necessariamente pelas urnas. A escolha do próximo governador ou governadora do Distrito Federal definirá se a capital federal avançará rumo a uma educação pública de qualidade, laica, democrática e inclusiva, ou se aprofundará o projeto neoliberal e conservador que vem sendo implementado nas últimas gestões do Buriti.

O futuro da educação no DF está em jogo. O debate precisa ser feito agora, e o voto consciente nestas eleições

será a principal ferramenta para construir a mudança que a educação pública brasileira tanto precisa e que tanto lutamos.

